

STF cobra defensoria

BRASÍLIA – As declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso condenando a construção de “palácios” ao invés da criação de defensorias públicas foi comentada em nota oficial pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello. O ministro cobrou de Fernando Henrique medidas administrativas para a instalação e funcionamento da Defensoria Pública da União. O presidente do STF, entretanto, apoiou a manifestação de censura à aplicação de recursos públicos na construção de edifícios oficiais cuja “suntuosidade constitui um claro registro de acintoso desprezo pelas reais necessidades e carências que hoje afetam injustamente o povo brasileiro.”

Os palácios a que o presidente se referiu, construídos em Brasília,

são obras projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, assim como as do poder Executivo. Entre os mais novos, estão o anexo do Supremo Tribunal Federal, o novo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a sede do Superior Tribunal do Trabalho (TST). Também está em construção o novo prédio da Procuradoria-Geral da República, a nova sede do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

As obras do anexo do STF custaram R\$ 48 milhões – R\$ 1.167,79 o metro quadrado – e foram executadas pela Paviter, do grupo da empreiteira OAS. Mas as obras do STJ, consideradas faraônicas, custaram mais de três vezes as do Supremo, totalizando R\$ 180 milhões. A nova sede do TST está em início de construção e foi orçada em R\$ 70 milhões.